

Espaços públicos como factores de rutura e continuidade nas trans-forma-ções sub-urbanas.

Jorge Neves

e-Geo – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel.: +351.217908300 Fax: +351.217908308
jorgeneves@netcabo.pt

O urbanismo do final do século XX foi marcado pelo enfraquecimento da influência do planeamento urbanístico. Nas periferias urbanas, e com maior incidência em contexto metropolitano, assistiu-se, nas últimas décadas, à proliferação de operações urbanísticas e à construção de novos espaços urbanos que reflectem a ausência de orientações de conjunto e o reduzido controle público da dinâmica construtiva.

Entre os principais problemas estruturais das áreas metropolitanas destacam-se os que resultam da sua distensão e fragmentação urbana e que estão associados ao elevado número e à desarticulação de áreas social e ambientalmente desqualificadas. Os exemplos de disfunções resultantes da inadequada relação entre as infraestruturas e a urbanização abundam. A uma escala macro, originam redução da mobilidade e de alternativas e desconexão entre os espaços urbanos, “vivendo-se apenas a duas escalas, passando-se imediatamente do jardim particular à via rápida, do local ao global [e por isso] a riqueza dos projectos futuros é, sem dúvida propor ligações, articulações intermédias e reais alternativas que criarão a habitabilidade dos territórios actuais” (Grillet-Aubert, 2005:172). Uma das consequências mais negativas deste processo é a falta e/ou a degradação da qualidade dos espaços públicos, muitas vezes com uma função residual, devido à inexistência de um desenho urbano que os estructure e integre em sistemas, articulados com infraestruturas de mobilidade suave, que deveriam ser implementados a par da edificação. Em vez disso, criaram-se aglomerações onde se reservaram espaços intersticiais, mais ou menos verdes e com funções nem sempre definidas, mas frequentemente com uma dimensão e localização que os torna pouco relevantes face ao seu potencial, quando concebidos a outra escala e com visão sistémica. Por um lado, são necessárias políticas urbanas, de escala metropolitana, que respondam às exigências de transformação que não podem ser satisfeitas pelos

municípios nem pensando apenas nos modelos de cidade compacta; por outro lado, é preciso tornar os espaços públicos, em áreas residenciais, apropriados para as vivências da população.

Sendo evidente que o desenho urbano pode ajudar a gerar guetos ou a cultivar a integração, é fundamental identificar e conhecer as características das formas urbanas favoráveis à construção de áreas residenciais inclusivas.

O desafio da transformação do espaço suburbano de modo a atribuir-lhe a urbanidade própria de uma cidade, considerando que o objectivo em causa não é “lutar contra a periurbanização, a suburbanização ou a rurbanização enquanto tais, mas organizar da forma mais urbana e ecológica possível estes modos de habitat e de trabalho” (Ascher, 2010:160), requer a aplicação de um desenho urbano sustentável, ou seja, que além de durável, continue a dar resposta às exigências que vão emergindo, o que torna a flexibilidade como uma qualidade dos projectos a valorizar.

A criação, renovação e gestão dos espaços públicos tem sido um dos meios de promover a regeneração de cidades, nomeadamente porque “quando, como na cidade tradicional, a rede de espaços públicos é bem desenhada e integrada, desempenha um papel fundamental na ligação entre pessoas e lugares” (Rogers, 1999: 49). Tendo em conta que “o território urbanizado perdeu a clareza dos traçados, a imagem de conjunto, a capacidade de codificar o espaço não construído [a] dificuldade estará em dar sentido à lógica da ligação visual, formal ou funcional entre pequenos espaços de posse, tutela e usos variáveis” (Domingues, 2006 :352).

As áreas suburbanas, onde ainda subsistem muitas áreas livres, reúnem possibilidades para produzir sistemas de espaços públicos que favoreçam a formação de estruturas ecológicas e de mobilidade que contribuam para incrementar a qualidade de vida dos habitantes, ajudando a colmatar “falhas estruturais, funcionais, espaciais e ambientais” (Magalhães, 2007).

A coroa suburbana de Lisboa é particularmente rica em exemplos de territórios marcados pelo crescimento urbano fragmentado, com os problemas estruturais resultantes acima enunciados. Neste artigo, apresenta-se de forma breve, uma área da Grande Lisboa, incluída no concelho da Amadora, onde diferentes processos de urbanização deram origem a espaços com diferente desenho urbano e diferente capacidade de conexão e utilização, quer no seu interior

quer com os territórios envolventes. Sendo o desenho urbano decisivo para articular espaços fragmentados ou, pelo contrário, para criar ou reforçar a desconecção, identificam-se exemplos desses dois efeitos, associados aos respectivos processos de urbanização e às novas possibilidades de intervenção que os elementos presentes permitem equacionar, tendo por referência alguns princípios e instrumentos do urbanismo emergente focado nesta problemática (Ascher, 2010; Hester, 2006; Lukez, 2007).

Palavras-chave: espaço público; morfologia urbana; coesão urbana, áreas suburbanas; Grande Lisboa

Referências

- Ascher, François (2010) *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos*. Um Léxico, Livros Horizonte, Lisboa.
- Domingues, Álvaro (2006) *Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal* Argumentum, Porto
- Grillet-Aubert , Anne; Guth, Sabine (dir.) (2005) *Déplacements - architectures du transport: territoires en mutation*, Editions Recherche / Ipraus, Paris.
- Hester, Randolph (2006) *Design for Ecological Democracy*, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge.
- Lukez, Paul (2007) *Suburban Transformations*, Princeton Architect. Press, New York.
- Magalhães, Manuela Raposo de (2001) *A arquitectura paisagista, morfologia e complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Rogers, Richard (1999) *Towards Urban Renaissance*, Final Report of the Urban Task Force, London.